

TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL COM ENCARGOS
PARTICULAR DOADOR MUNICÍPIO DONATÁRIO

Relatório de Instrução Processual Mínima

Processo Administrativo nº xx.xxx.xxx/xxxx

DADOS DO CONTRATO

1 – Objeto do contrato:

2 – Valor:

3 – Prazo:

| INSTRUÇÃO PROCESSUAL | | SIM | NÃO APLICÁVEL | FLS. |
|----------------------|--|-----|---------------|------|
| 1 | Consta justificativa para a aceitação da doação com encargos do bem imóvel, conforme o interesse público e finalidade social, além da exequibilidade no que concerne à forma e ao prazo estabelecidos para cumprimento dos encargos? | | | |
| 2 | Consta aceitação da doação pelo Chefe do Executivo, com a respectiva publicação no Diário Oficial? (Art. 252 RGCAF) | | | |
| 3 | Consta certidão de ônus reais do Ofício do Registro de Imóveis? | | | |
| 4 | Consta planta descritiva do imóvel? | | | |
| 5 | Consta laudo de avaliação elaborado por órgão competente do Município? | | | |
| 6 | Constam os atos constitutivos do doador? | | | |
| 7 | Consta a ata de eleição dos representantes do doador, que assinarão o contrato de doação? | | | |
| 8 | Constam instrumentos outorgando poder aos representantes do donatário para a celebração da doação com encargos? | | | |
| 9 | Consta ata do doador autorizando a celebração da doação ao Município, com a especificação dos encargos? | | | |
| 10 | Consta a documentação jurídica necessária à realização de escritura pública de doação de imóvel? | | | |

**TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL COM ENCARGOS
PARTICULAR DOADOR MUNICÍPIO DONATÁRIO**

| | | | | |
|----|---|--|--|--|
| 11 | Consta a atestação pela Pasta/Entidade quanto à validade e completude da documentação necessária à realização de escritura pública de doação de imóvel? | | | |
| 12 | A Pasta/Entidade apurou se existe qualquer espécie de ação judicial ou processo administrativo envolvendo o doador? | | | |
| 13 | A Pasta/Entidade apurou se existe qualquer espécie de procedimento judicial ou administrativo referente ao imóvel? | | | |
| 14 | A efetivação da doação com encargos importará criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa? (art. 16 da LRF). | | | |
| 15 | Em caso positivo, foram realizados os atos orçamentários previstos pelo art. 16, LRF? | | | |
| 16 | A efetivação da doação com encargos importará a expedição de ato administrativo normativo que fixe para o Município obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios? | | | |
| 17 | Em caso positivo, constam dos autos a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes e a demonstração da origem dos recursos para seu custeio? (art. 17 LRF). | | | |
| 18 | Consta minuta que atenda ao padrão determinado pela PGM, na forma do Anexo II do Decreto Municipal nº 42.695/2016? | | | |
| 19 | Consta Declaração de Conformidade, preenchida de acordo com o padrão do Anexo I do Decreto Municipal nº 42695/2016? | | | |

OBSERVAÇÕES:

OBS. Nº: